

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INTRODUÇÃO AO TEMA:

O conceito de Desenvolvimento Social se refere tanto ao capital humano como ao capital social de uma sociedade. Ele significa e consiste em uma evolução ou mudança positiva nas relações entre os indivíduos, grupos e instituições de uma sociedade, sendo o bem-estar social seu projeto futuro. Basicamente, o Desenvolvimento Social é entendido como um processo de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade. Considera-se que uma comunidade tem alta qualidade de vida quando seus habitantes dentro de um cenário de paz, liberdade, justiça, democracia, tolerância, equidade, igualdade e solidariedade, têm amplas e recorrentes possibilidades de satisfação de suas necessidades e também de poder empregar suas potencialidades e saberes com vistas a conseguir uma melhoria futura em suas vidas, em termos de realização pessoal e da sociedade em seu conjunto.

Embora o bem-estar social seja o que se aspira no desenvolvimento social, ele tem uma importante carga de subjetividade própria de cada indivíduo, ou seja, o que para mim é bem-estar para o outro pode não ser ou vice-versa. Há um conjunto de fatores que contribuem com sua concretização e que ainda com as subjetividades do caso, são muito mais comuns nas diferenças. O fato de poder ter acesso a um emprego digno e bem remunerado de acordo com as tarefas que se desempenham, o acesso a uma moradia digna em que se possa viver com a família e protegê-la dos riscos que teria uma vida na rua, a possibilidade de educar-se e educar os filhos para que o dia de amanhã possa ser gozado de melhores oportunidades trabalhistas e também contar com um atendimento médico adequado que possa ajudar a resolver nossos problemas e doenças para assim seguir adiante com nossos projetos.

Estes são alguns dos fatores primordiais. No entanto, para conseguir o desenvolvimento de uma comunidade, na maioria dos países do mundo existe uma carteira, secretaria ou ministério, conforme o caso, encarregada especialmente desta questão, ou seja, de desenvolver políticas e facilitar aos que têm menos recursos uma conquista ou avanço para algum tipo de desenvolvimento.

SUBTEMAS:

Saúde:

Várias contribuições apontam para a ineficiência do sistema de saúde de Palmas, seja pela má qualidade do atendimento, seja pela ausência de profissionais, equipamentos e medicamentos nos estabelecimentos de saúde, seja pela ingerência, seja pela própria ausência dos estabelecimentos de saúde em algumas áreas.

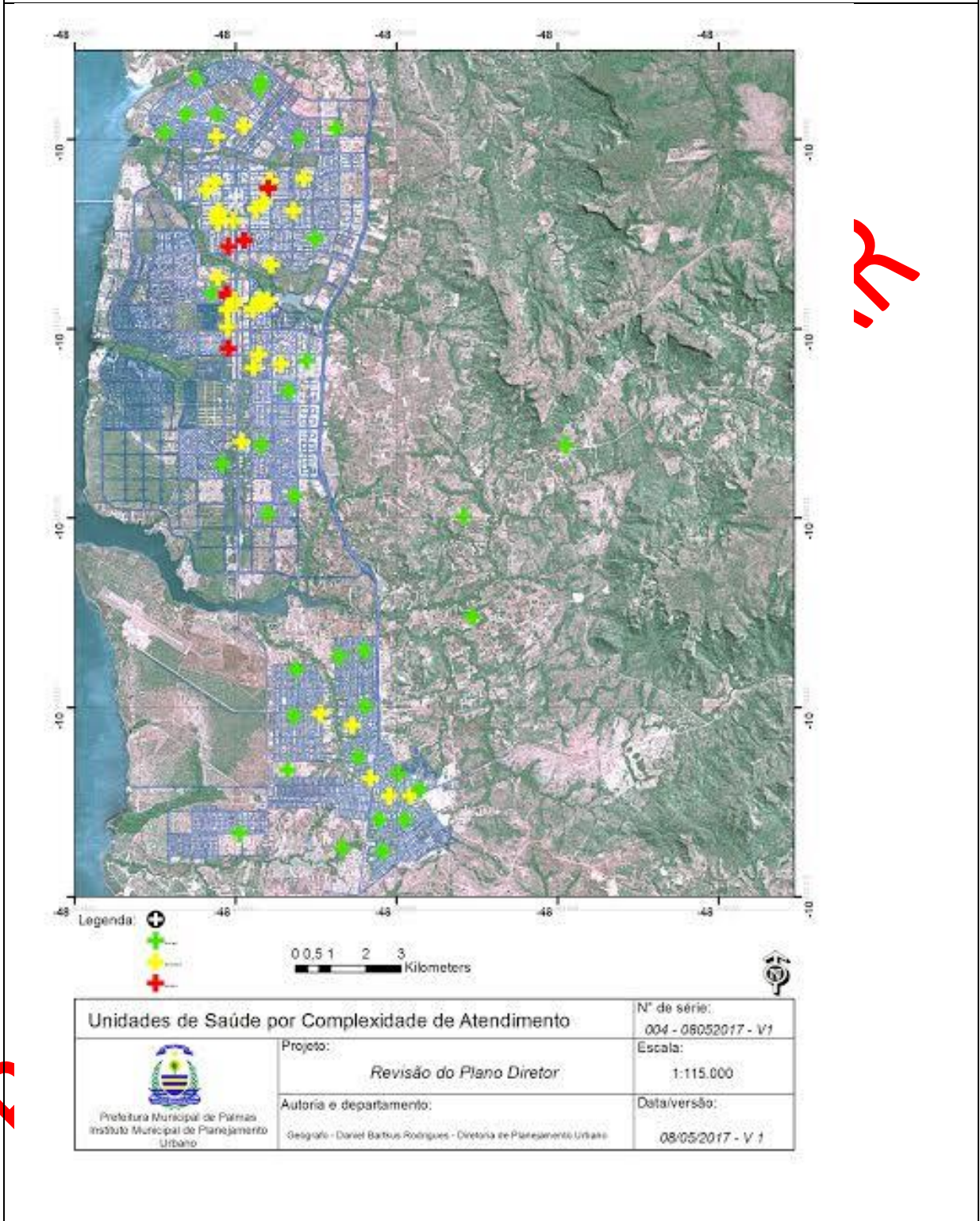
Na zona rural de Palmas há um grande vazio de assistência apontada em várias contribuições, o único posto de saúde existente é o de Taquarussu Grande, onde há muita poeira e dificuldade de acesso, e onde há falta de servidores, medicamentos e equipamentos.

Observa-se uma concentração dos estabelecimentos da Atenção Primária nas regiões Sul e Norte do Plano Diretor, enquanto os da Atenção Secundária e também da Terciária estão concentrados no centro, observa-se um grande vazio de assistência na região Sudoeste do Plano Diretor. Os equipamentos da Atenção Terciária estão todos na região central e muito próximos uns dos outros. (fig. 01)

RELATÓRIO PRELIMINAR

Fig 01 – Unidades de Saúde por complexidade de Atendimento.

Fonte: CNES 03/2017.



A população de Palmas ainda sofre com a grande incidência de endemias que há tempos a aflige como a dengue e a hanseníase e outras novas como o zika e a chikungunya, além disso sofre com ataques de animais peçonhentos e vetores que se proliferam nos terrenos baldios, há também as zoonoses de animais domésticos e os que são abandonados pelas ruas.

Há a ausência do poder público municipal em atendimentos de alta complexidade, no nível terciário da atenção à saúde, os hospitais públicos que existem no município são estaduais e lá o atendimento é péssimo, conforme é noticiado pela imprensa e relatado pelos pacientes, isso acaba influenciando o atendimento no nível primário que não se realiza a contento, pois quando o paciente consegue a consulta, há demora na realização de exames e procedimentos necessários ao tratamento, como por exemplo, as cirurgias eletivas.

Nos distritos de Buritirana e Taquarussu o atendimento se dá apenas em nível primário de atenção à saúde, que é realizado em duas unidades básicas de saúde uma em cada distrito, a população desses distritos sofre com a falta de assistência mais resolutiva.

Outro problema é a presença de pessoas despreparadas e incapacitadas para atender ao público. O indivíduo chega ao serviço de saúde porque está com dor ou alguma doença – o que já o deixa fragilizado, não apenas fisicamente, mas também emocionalmente. É neste ponto que entra a humanização e capacitação dos profissionais durante o atendimento, desde a recepção até a alta do paciente.

O que também foi apontado em muitas contribuições foi a carência em relação aos serviços odontológicos em muitas regiões de Palmas o serviço não é prestado a contento da população, seja pela ausência dos profissionais, seja pela ausência do serviço.

De maneira geral fica evidenciada a grande insatisfação da população com a saúde em Palmas, a assistência não é prestada de forma a garantir os preceitos básicos do SUS, da universalidade, da equidade e da integralidade;

- Universalidade: É a garantia de atenção à saúde, por parte do sistema, a todo e qualquer cidadão (“A saúde é direito de todos e dever do Estado” – Art. 196 da Constituição Federal de 1988).

- Equidade: É a garantia a todas as pessoas, em igualdade de condições, ao acesso às ações e serviços dos diferentes níveis de complexidade do sistema.

- Integralidade: As ações de promoção, proteção e reabilitação da saúde não podem ser fracionadas, sendo assim, os serviços de saúde devem reconhecer na prática que: se cada pessoa é um todo indivisível e integrante de uma comunidade, as ações de promoção, proteção e reabilitação da saúde também não podem ser compartimentalizadas, assim como as unidades prestadoras de serviço, com seus diversos graus de complexidade, configuram um sistema capaz de prestar assistência integral.

Dessa forma quando um cidadão é beneficiado em relação a outro apenas pelo local onde mora, há a desobediência a esses preceitos, da mesma forma quando um serviço de saúde é mal prestado ou deixa de ser oferecido,

casos muitas vezes relatados pela população em suas contribuições, ou ainda quando não há a prestação do serviço de Vigilância em Saúde, como os de Vigilância Sanitária nas praias e controle de zoonoses em várias regiões.

Educação:

A grande maioria das contribuições apontam para os problemas estruturais das escolas e creches, seja pela falta de escolas e creches em vários setores do município, seja pela deficiência estrutural dos edifícios, seja pela falta de manutenção e de equipamentos.

As escolas sofrem com a falta de manutenção e de segurança, há muitos relatos de falta de água, de energia, de climatização adequada e de vigias ou um outro meio que ofereça uma maior segurança aos alunos e funcionários.

Houveram reclamações quanto à falta de capacitação dos profissionais que atuam nas Escolas de Tempo Integral, falta de coordenação nas escolas para controle da saída das crianças ao final das aulas, falta de atividades extracurriculares nas escolas, falta de disponibilização de educação social nas escolas, redução de benefícios dos professores e a desvalorização destes, falta de avaliação de desempenho do modelo criado da Escola de Tempo Integral, redução de repasses às escolas, falta de monitores para alunos especiais nas escolas públicas, carência de educação de jovens e adultos e do ensino médio.

Ricardo de Sousa Moretti, em sua obra Normas Urbanísticas para Habitação de Interesse Social, São Paulo, 1997, afirma que uma escola de ensino infantil, deve situar-se em um local que não diste mais de 500 metros da unidade residencial mais distante que ele atenda, ou seja, ele deve ter um raio de abrangência de 500 metros, já as escolas de primeiro e segundo grau devem ter raio de abrangência de 800 metros, a partir deste parâmetro pudemos constatar que a maioria das escolas municipais de Palmas, não obedecem a esse preceito e mesmo as creches possuem raio de abrangência que muitas vezes triplicam o recomendado para a educação infantil, conforme observado nas tabelas 01, 02, 03 e 04.

DADOS: Tabela 01: Escolas Municipais em funcionamento – Raio de Abrangência

Nº	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	RAIO DE ABRANGÊNCIA
1	CEJA- Jandira Torres Paz Alandim	Rua 40, APM 01, Qd, 110A – Aurenly III	1000 MT
2	E M - Carlos Drummod de Andrade	403 Norte, Alameda 01, Lote 07 (Arno 41)	1000 MT
3	E.M - Anne Frank	110 N, Al. 07, Lote 34 (Antiga Arne 14)	1500 MT

4	E.M - Antonio Carlos Jobim	1.206 Sul, Al. 31, APM 07 (Arse 122)	1200 MT
5	E.M - Antonio Gonçalves de C. Filho	1.103 Sul, Al. 14, Lote 01, APM 17 (Arso 111)	1500 MT
6	E.M - Aurelio Buarque de Holanda	Rua Rio de Janeiro s/nº, QSE 01, Praça da Feira – Aurenly I	1000 MT
7	E.M - Beatriz Rodrigues da Silva	405 Norte, Lote 02, APM 01 (Arno 42).	800 MT
8	E.M - Benedita Galvão	Rua NC 12, Qd. 41, Lote 11, Setor Bela Vista – Taquaralto	1000 MT
9	E.M - Crispim Pereira Alencar	Rua 08, S/N, Taquaruçu.	1000 MT
10	E.M - Darcy Ribeiro	904 Sul QI 13/14, Al. 01, 06, 07 e 12 (ARSE 91)	1000 MT
11	E.M - Degraus do Saber	1.004 Sul, Al. 06, APM 14 (Arse 101)	800 MT
12	E.M - Estevão Castro	Rua 32, Esquina c/ 33 – Aurenly III	1000 MT
13	E.M - Henrique Talone Pinheiro	210 Sul, Alameda 05, Lt.10 (Arse 24)	1500 MT
14	E.M - Jorge Amado	Rua T-2, Qd. 02, Lote 07, Setor Santa Fé – Taquaralto	800 MT
15	E.M - Lucia Sales Pereira Ramos	Rua LO 05, QD T 22, APM 37, Setor Taquari	1500 MT
16	E.M - Luiz Gonzaga	503 Norte, APM 06 (Arno 61)	1000 MT
17	E.M - Maria Julia Amorim Soares	Rua 22, Qd. 42 A, APM 11 – Aurenly III	1000 MT
18	E.M - Maria Rosa de Castro Sales	Av: Copacabana, S/N, Setor Morada do Sol – Taquaralto.	1000 MT
19	E.M - Maria Verônica Alves de Sousa	Rua 12 APM, 08 Aurenly IV	1000 MT
20	E.M - Mestre Pacifico Siqueira Campos	409 Norte, Al.14, APM.11	1000 MT
21	E.M - Monteiro Lobato	1.006 Sul, Al. 10, APM 16 (Arse 102)	800 MT
22	E.M - Pastor Paulo Leivas Macalão	407 Norte, Al. 08, APM 07 (Arno 43)	800 MT
23	E.M - Paulo Freire	305 Norte, Rua 38, APM 11 (Arno 32)	800 MT
24	E.M - Professora Francisca Brandão Ramalho	1.204 Sul, Al. 01, APM 05	1000 MT
25	E.M - Rosemir Fernandes	Rua 30, APM 06 – Aurenly III	1000 MT
26	E.M - Sávia Fernandes Jácome	Rua NC 06, APM J, Setor Bela Vista	1000 MT
27	E.M Thiago Barbosa	Av: Goias, S/N – Aurenly II	800 MT

28	ETI - Aprigio Thomaz de Matos	TO - 010, Km 18, Fazenda Consolação.	1000 MT
29	ETI - Daniel Batista	508 Norte, QI 06, Al. 11, APM 07 (Arne 64)	1500 MT
30	ETI - João Beltrão	TO-020, KM 08, Taquaruçu Grande	1000 MT
31	ETI - Marcos Freire	Fazenda São João	1000 MT
32	ETI - Profª Sueli Pereira de Almeida Reche	TO - 030, Km 25,5 (Estrada p/ Buritirana)	1000 MT
33	ETI - Vinicius de Moraes	706 Sul, Al.13/16, s/n (Arse 72)	1000 MT
34	ETI - Cora Coralina	603 N, Al. 10, APM 26. (Arno 71)	1000 MT
35	ETI - Luiz Nunes de Oliveira	Rua Luiz Nunes de Oliveira - Buritirana	1000 MT
36	ETI - Luiz Rodrigues Monteiro	Av. Francisco Galvão da Cruz, Qd. 49, S/N - Taquaralto	1000 MT
37	ETI - Monsenhor Pedro Pereira Piagem	404 Norte, APM 27 (Arne 51)	1000 MT
38	ETI - Olga Benário	603 Sul, Al. 02, APM 10 (Arse 61)	1000 MT
39	ETI - Santa Bárbara	Rua 07, APM L, 5ª Etapa - Setor Santa Bárbara	1000 MT
40	ETI I - PE. Josimo Tavares	301 Norte, Av. LO 08, APM 01.	1000 MT
41	ETI II - Euridice Ferreira de Melo	Av. 05 c/ Rua 22, Setor Aurenly III.	1000 MT
42	ETI III - Caroline Campelo Cruz da Silva	Rua SF 11 APM 07 Setor Santa Fé II (2ª Etapa)	1000 MT
43	ETI V - Anísio Spínola Teixeira	Avenida Antonio Sampaio APM 07, Bairro Bertaville	1000 MT
44	ETI VI - Professora Margarida Lemos Gonçalves	APM 11, Rua João Pires Querido Filho, Setor Lago Sul	1500 MT

Fonte: Diretoria de Obras - SEMED/2017 (Ofício 844-2017/GAB/SEMED).

Tabela 02: Escolas Municipais em construção

Nº	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	RAIO DE ABRANGÊNCIA
45	ETI IV - ARSE 132	1.306 Sul, antiga Arse 132, APM 37,38,39 e 40	1000MT
46	ETI VII - Fidêncio Bogo	TO-020, KM 11, Taquaruçu Grande, Assentamento Marmelada (ao lado da Paróquia Bom Jesus da Serra),	-

Fonte: Diretoria de Obras – SEMED/2017 (Ofício 844-2017/GAB/SEMED).

Tabela 03: Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIS em funcionamento.

Nº	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	RAIO DE ABRANGÊNCIA
1	CMEI - Aconchego	Rua 01, APM 03 Aurenly IV	600 MT
2	CMEI - Amâncio José de Moraes	206 Sul, alameda 06, Al 08	1500 MT
3	CMEI - Cantiga de Ninar	Rua 20, APM 05, Lt.18, Jardim Aurenly III	600 MT
4	CMEI - Cantinho da Alegria	Avenida Taquary , Rua 07, Qd. 17 e 18, APM 04, Setor Santa Bárbara	600 MT
5	CMEI - Cantinho do Saber	612 Sul, Avenida NS.10, APM 01 (ARSE 65)	1500 MT
6	CMEI - Cantinho Feliz	6ª Avenida, Qd.04, Lt. 06 e 07, Taquaruçu	600 MT
7	CMEI - Carrossel	405 Sul, APM 2A e 2B, Alameda 09 Ql.18 (ARSO 42)	1500 MT
8	CMEI - Castelo Encantado	Rua Jovenino Barbosa S/N, com a RN 07 - APM 12, Loteamento Lago Sul	600 MT
9	CMEI - Chapeuzinho Vermelho	607 Norte, alameda 13, APM 39 e 40	600 MT
10	CMEI - Ciranda Cirandinha	303 Norte, Al.11, APM07	600 MT
11	CMEI - Contos de Fada	605 Norte, APM 02, Alameda 11	600 MT
12	CMEI - Criança Feliz	Rua SF 26, APM 02 e 03, Setor Santa Fé 2ª Etapa - Taquaralto	600 MT
13	CMEI - Fontes do Saber	Qd. T 31, APM 29, Setor Taquari	1500 MT
14	CMEI - Irmã Maria Custódia de Jesus	Rua Belém, APM 03, Jardim Aurenly II	600 MT
15	CMEI - Matheus Henrique de Castro dos Santos	1.105 Sul, APM 20, Al.15	1500 MT
16	CMEI - Miudinhos	Rua T 08, Qd.21, Setor Santa Fé - Taquaralto	600 MT
17	CMEI - Paraíso Infantil	Rua NC 11, Qd.33, APM-H, Setor Bela Vista	600 MT
18	CMEI - Pequenininhos do Cerrado	1.306 Sul, APM 26, Alameda 17A	600 MT
19	CMEI - Pequeno Príncipe	407 Norte, AL.13, APM 07, (ARNO 43)	1000 MT

20	CMEI - Pequenos Brilhantes	403 Norte, APM 38 Al.01 , Plano Diretor Norte	600 MT
21	CMEI - Príncipes e Princesas	106 Norte, alameda 17, Lote 16	600 MT
22	CMEI - Recanto Infantil	Rua 32, APM 16, Jardim Aurenny III	600 MT
23	CMEI - Sementes do Amanhã	504 Norte , APM 04, Alameda 17/18	600 MT
24	CMEI - Sementinhas do Saber	Rua Babaçu com a Rua Piaçava, APM 01, Setor Santa Fé 4º Etapa	600 MT
25	CMEI - Sítio do Pica Pau Amarelo	Rua 07, APM 07, Jardim Aurenny IV	600 MT
26	CMEI - Sonho de Criança	Rua MS 22, APM 128, QD.68, Setor Morada do Sol I	600 MT
27	CMEI - Sonho Encantado	1.104 Sul, Al.09, APM 14 (ARSE 111)	600 MT
28	CMEI - Ana Luiza de Araújo Napunuceno	APM 47-C, Taquaruçu	600 MT

Fonte: Diretoria de Obras – SEMED/2017 (Ofício 844-2017/GAB/SEMED).

Tabela 04: Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIS em construção

Nº	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	RAIO DE ABRANGÊNCIA
1	CMEI - ARSO 32	305 Sul Al.10 APM 04 e parte da APM 03, Rua 03	600 MT
2	CMEI - ARSE 102	1.006 Sul APM16, Alameda 11	600 MT
3	CMEI - ARSE 111	1.104 Sul Al.14, Alameda 12 com Alameda 07	600 MT
4	CMEI - ARSE 142	1.406 Sul APM 19, Alameda 06	600 MT
5	CMEI - AURENRY I	APM NW 01 B e NW 01 C, Avenida Tocantins com a Rua Salvador, Aurenny I	1000 MT
6	CMEI - SETOR BERTAVILLE	APM 04, Rua Olga Cavalcante com a Rua Bernardino Lima Luz, Setor Bertaville	1500 MT
7	CMEI - SETOR SANTO AMARO	APM 03 e 04, Alameda 05 com Alameda 13	1000 MT

Fonte: Diretoria de Obras – SEMED/2017 (Ofício 844-2017/GAB/SEMED).

A Conferência Nacional de Educação (Conae), ocorrida no início de 2010, aprovou as seguintes quantidades máximas de aluno por turma: 15 para a Educação Infantil; 20 para o Ensino Fundamental; 25 para o Ensino Médio. Observando-se a tabela 05 constata-se que nenhuma das esferas da educação cumprem o que é orientado pela Conferência Nacional de Educação (Conae), estando todas acima do limite, apenas a rede privada aproxima-se dos números que a conferência orienta.

Tabela 05: Média de alunos por turma/2015

Rede	Média de Alunos por Turma - Palmas, em 2015							
	Educação Infantil		Ens. Fundamental		Ensino Médio			
	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Federal	--	--	--	--	45,3	27,7	20,6	21,9
Estadual	--	--	25,1	30,2	36,7	32,6	32,1	--
Municipal	34,6	29,4	27,5	33,2	--	--	--	--
Privada	13,7	17,6	20,3	26,3	32	31,6	28,3	--

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Ofício 844-2017/GAB/SEMED.

As taxas de rendimento são o grupo de taxas que avaliam o aluno quanto ao preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência ao final de um ano letivo. Elas são calculadas com base nas taxas de aprovação, de reprovação e de abandono. Observa-se em Palmas que os índices de reprovação e abandono são maiores nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, conforme observado na tabela 06.

DADOS: Tabela 06: Taxa de Rendimento – Todas as redes de ensino

Etapa Escolar	Reprovação	Aprovação	Abandono
Anos Iniciais – Ensino Fundamental	1,4%	98,30%	0,3%
Anos Finais – Ensino Fundamental	7,6%	91,00%	1,4%
Ensino Médio	14,4%	76,50%	9,1%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Ofício 844-2017/GAB/SEMED.

De maneira geral a educação em Palmas sofre com a falta de estrutura adequada e até mesmo pela falta de escolas e creches, segundo o relato de vários moradores, ficando evidenciado que o maior problema constatado pela comunidade é de estrutura física, foram relatados também alguns problemas administrativo-funcionais, porém em menor número.

A realidade da educação no Brasil reflete-se em Palmas, o sistema educacional brasileiro não é capaz de preparar os jovens para a compreensão de textos simples, elaboração de cálculos aritméticos de operações básicas, conhecimento elementar de física e química, e outros fornecidos pelas escolas fundamentais. Esses conhecimentos são testados em pesquisas internacionais como o PISA (Programme for International Student Assessment) da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e coordenado no Brasil pelo INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Cultura e Lazer:

Viver momentos de lazer é essencial para alcançar qualidade de vida. Cultura e entretenimento estão diretamente relacionados ao estado de bem-estar que tanto buscamos. Encontrar amigos, ir ao cinema, assistir a uma peça de teatro ou até mesmo fazer uma caminhada na praça são atividades que podem aumentar o nível do neurotransmissor serotonina e do hormônio ocitocina, que estão associados ao bem-estar psíquico e, conseqüentemente, à saúde física.

Estes são, também, guerreiros implacáveis no combate ao estresse. As atividades de lazer podem aumentar a nossa rede de relacionamentos e nossas conexões sociais. O bem-estar psicológico também ganha quando estamos em contato com a arte, a psiquiatria lembra que ela também tem a função de nos identificar como indivíduos, conhecer culturas e nos situar no mundo. Esses fatores estão diretamente associados a uma menor concentração de hormônios do estresse e ficar estressado também faz mal à saúde, principalmente a do coração.

Mas em Palmas houveram grandes reclamações da população quanto à dificuldade de acesso à eventos culturais (teatro, cinema), falta de opções de lazer, falta de espaços para atividades culturais, ausência de programas culturais (teatros, musicais, corais, outros), falta de publicidade e suporte na área de cultura, capacidade de carga de grandes eventos.

Uma área carente de equipamentos de cultura, lazer e esportes pode ser prioritária para a instalação de espaços públicos que ofereçam tais atividades, sobretudo se esta área for ocupada por uso residencial. O indicador de carência de equipamentos pode apresentar não só a melhor localidade para a implantação de um espaço público, mas o programa deste espaço. Poderão também ser implantadas novas atividades em espaço público já existente. Espaços subutilizados ou abandonados são um grande problema para a qualidade de vida das áreas envoltórias, e ao mesmo tempo um grande

potencial para a criação de novas áreas verdes e espaços públicos de lazer, cultura ou para a prática de esportes.

A qualidade de vida de uma cidade é, e sempre será, medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade, seja no parque, na praça, na praia ou mesmo na rua. O espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da conversa corriqueira, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro. Daí ser a cultura um forte agente de identificação pessoal e social, um modelo de comportamento que integra segmentos sociais e gerações, uma terapia efetiva que desperta os recursos internos do indivíduo e fomenta sua interação com o grupo e um fator essencial na promoção da saúde, na medida em que o indivíduo se realiza como pessoa e expande suas potencialidades.

Assistência Social:

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

A Assistência Social, diferentemente da previdência social, não é contributiva, ou seja, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. Realiza-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e a reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e as pessoas com deficiência.

Em 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social.

O Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

A lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, regulamenta em seu Art. 1º; a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Em seu art. 2º A assistência social tem por objetivos;

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Em um olhar mais contextualizado à Palmas, houveram muitas contribuições denunciando os problemas e as mazelas no campo da Assistência Social, tais como;

Falta de Segurança, falta de integração entre os entes públicos e órgãos do Poder Público Municipal, uso de drogas nas áreas públicas na porção central (esvaziamento noturno), ausência de ronda policial/posto policial, falta de segurança pública, assalto nos locais mais movimentados, falta de informação às autoridades das necessidades dos moradores.

Houve também a denúncia da falta de acompanhamento social de famílias migrantes e instaladas precariamente, da falta de retorno de investimento do IPTU para a população de baixa renda, da presença de áreas de matas como refúgio para usuários de drogas, da falta de assistência social dentro das escolas, da ausência dos agentes sociais nas quadras, da falta de emprego para os jovens e do Preconceito crescente.

Existe em Palmas um alto índice de assaltos e violência, existe a presença de matagais, que propiciam a violência e é um desserviço à saúde, há um aumento do número de usuários de drogas nas praças por falta de segurança, há um grande número de adolescentes desocupados nas ruas (incentivo à marginalidade), há a necessidade de apoio social às famílias, há jovens sem trabalho e sem profissão e há muita violência em proporção ao tamanho da cidade.

Pontualmente foi relatado que a 6º Delegacia de Polícia cuja função é a investigação dos crimes denunciados, é absolutamente inoperante. Ou seja, quando o cidadão toma coragem e denuncia, sua denúncia vira apenas registro de ocorrência sem qualquer efetiva investigação e, via de regra, são encaminhadas para outras Delegacias de Polícia. A população já está habituada, inclusive, a procurar diretamente a 4º Delegacia de Polícia, situada no bairro de Taquaralto.

Já na região das Arnos foi pedido um centro comunitário, para atender as atividades tanto da comunidade como das associações. “Não temos na Região Norte um espaço para atender as necessidades, seja para o jovem para o idoso, em um curso de geração de renda. Temos uma carência muito grande em atender as demandas da sociedade da região norte. Temos vários espaços que se dizem públicos mas temos dificuldade, para os mais humildes, em ter um espaço adequado para que a comunidade realize suas atividades, precisamos de segurança, a droga está se alastrando, e a PM não tem agido”, foram relatados problemas com drogas também na 1106 Sul, e um alto consumo e tráfico entre a 906 Sul e 1306 Sul, foram relatados também uma grande insegurança na quadra 712 Sul e na região sul, especialmente Taquari, Lago Sul e Aurenny III.

A política de assistência social, ao se ocupar das vulnerabilidades e dos riscos que os indivíduos ou famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, em decorrência de imposições sociais, econômicas e políticas e de ofensas à dignidade humana, entende que a proteção garantida pela assistência social não deve se restringir apenas à mitigação das condições de pobreza, mas também afiançar seguranças sociais. Assim, sua função protetiva tem como objetivo a preservação da vida, para que não ocorra destruição e os indivíduos não entrem em situação de vulnerabilidade. Desse modo, as ações devem ser executadas antes, para que possam prevenir e prover seguranças sociais, por meio de serviços e benefícios que visem à prevenção, ao enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco e à proteção social. Nesse sentido, para compreender de que forma devem ser enfrentados a vulnerabilidade social e o risco, torna-se necessário conhecer o território, pois é nele que se desenvolvem as carências, as potencialidades e os mecanismos de proteção social. Ao referenciar a vulnerabilidade social no campo da política de assistência social, é importante ressaltar sua intrínseca relação com a função protetiva desta política, ou seja, a capacidade de respostas qualificadas às necessidades dos que se encontram desprotegidos.

Dessa maneira podemos constatar nos relatos da comunidade uma grande insatisfação com a política de Assistência Social em Palmas, onde houveram muitas reclamações da ausência dessa em vários setores da cidade e da sociedade, a comunidade não se sente protegida pelo poder público estando em situação de vulnerabilidade social, os jovens principalmente, não encontram colocação no mercado de trabalho e emprego ou no campo educacional ou de lazer/cultural ficando assim ociosos pelas ruas encontrando abrigo na marginalidade e nas drogas, isso acaba refletindo na qualidade de vida de toda a cidade, pois o aumento da criminalidade afeta a todos. Um outro problema é a grande desigualdade social que se verifica pelos bairros de Palmas, sendo alguns compostos por população de alta renda e outros com indivíduos que se encontram em situação de miséria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O índice de desenvolvimento da família (IDF). Texto para Discussão, Rio de Janeiro, n. 986, 2003.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Programas de proteção e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CASTILHO, C. F. V. A operacionalização do trabalho social com famílias nos CRAS de Maringá. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. (Org.). O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

FILGUEIRAS, C. A. C. Exclusão, risco e vulnerabilidade: desafios para a política social. In: CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Gestão social: o que há de novo? Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

MAGALHÃES, E. P. Combatendo a pobreza e enfrentando as vulnerabilidades: desafios para a articulação entre o Programa Bolsa Família e a Proteção Social Básica. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

NERY, Vânia Baptista. O trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social- Saberes e Direitos em questão. Tese de Doutorado em pós- graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

PAULILO, M. A. S.; JEOLÁS, L. S. Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 3, n. 1, jul./dez. 2000.

SILVA, T. G. M. A vigilância social na política de assistência social: análise dos aspectos conceituais e operacionais no âmbito municipal. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

De berço dos bandeirantes a king size dos ricos e famosos, a desigualdade social em Santana do Parnaíba, SP, in: <https://tab.uol.com.br/desigualdade-social> acessado em 06/06/2017.

Os problemas da educação no Brasil, in:
<https://www.cartacapital.com.br/educacao/os-problemas-da-educacao-no-brasil-657.html> acessado em 05/06/2017.

Sistema Único de Assistência Social – SUAS in:
http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema
acessado em 05/06/2017.

Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social in: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article>
acessado em 06/06/2017.

Conceito de Desenvolvimento Social in: <http://queconceito.com.br/desenvolvimento-social>
Acessado em 05/06/2017.

RELATÓRIO PRELIMINAR